CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 042/2026/CPC/PMC/PI
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 031/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE COIVARAS/PI E A EMPRESA ORIGINAL AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE COIVARAS, ESTADO DO PIAUÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Av. Raimundo Martins, nº 522, bairro: Centro, Coivaras - PI, CEP: 64.335-000, inscrito no **CNPJ** sob o n°. **41.522.335/0001-57**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO DA CRUZ MOURÃO, brasileiro, portador da carteira de identidade RG nº [redacted] - SSP/PI, CPF: [redacted].

CONTRATADA: **ORIGINAL AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ nº 35.746.723/0001-19,** com sede na Rua Antônio Gregório Veras, nº 11166 - Loja A, bairro: Santo Antônio, Teresina - PI, CEP: 64.032-050, representada pelo Sr. IZAIRTON GOMES SOUSA, RG [redacted] SSP-PI, CPF [redacted], E-mail: originalautoservicos@gmail.com.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo do Pregão Eletrônico SRP n° 006/2026, instruído através do Processo Administrativo n° 031/2026, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de peças automotivas, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves pertencente à Prefeitura Municipal de Coivaras - PI, composta por veículos das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo o edital do Pregão Eletrônico SRP n° 006/2026 e seus anexos, bem como seu respectivo Termo de Referência, Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados, instrumentos presentes no Processo Administrativo n° 031/2026, vinculando esta avença para todos os efeitos legais.

1.3. Especificação da contratação:

Lote 4 - CHEVROLET S10

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	P. UNITÁRIO	P. TOTAL	MARCA/ FABRICANTE
01	Amortecedor dianteiro, tipo hidráulico/pressurizado, com haste cromada, retentores e batentes, novo e sem uso.	Und	1	R$ 313,00	R$ 313,00	GM CHEVROLET
02	Amortecedor traseiro, tipo hidráulico/pressurizado, com haste cromada, retentores e batentes, novo e sem uso.	Und	1	R$ 226,00	R$ 226,00	GM CHEVROLET
03	Antiferrugem (removedor/conversor de ferrugem), em embalagem lacrada de 300 ml, com prazo de validade mínimo de 12 meses na entrega.	Und	1	R$ 17,00	R$ 17,00	GM CHEVROLET
04	Arruela lisa, em aço com tratamento anticorrosivo, dimensões conforme aplicação.	Und	5	R$ 4,00	R$ 20,00	GM CHEVROLET
05	Atuador de embreagem, hidráulico, com corpo, êmbolo, vedações e conexões.	Und	1	R$ 816,00	R$ 816,00	GM CHEVROLET
06	Barra de direção auxiliar, com rótulas, coifas de proteção e rosca de regulagem.	Und	1	R$ 294,00	R$ 294,00	GM CHEVROLET
07	Bico injetor de combustível, com bocal calibrado, vedações e conector, testado quanto à vazão e estanqueidade.	Und	2	R$ 1.198,00	R$ 2.396,00	GM CHEVROLET
08	Bieleta estabilizadora, com rótulas esféricas, coifas de proteção e elementos de fixação.	Und	2	R$ 186,00	R$ 372,00	GM CHEVROLET
09	Bomba d'água do sistema de arrefecimento, com rotor, eixo, rolamento, selo mecânico e junta de vedação.	Und	1	R$ 310,00	R$ 310,00	GM CHEVROLET
10	Bucha da bandeja inferior da suspensão, em borracha vulcanizada com luva metálica.	Und	5	R$ 45,00	R$ 225,00	GM CHEVROLET
11	Bucha da bandeja superior da suspensão, em borracha vulcanizada com luva metálica.	Und	5	R$ 44,00	R$ 220,00	GM CHEVROLET
12	Calota de roda, em material polimérico resistente a impacto, com sistema de fixação e diâmetro conforme aplicação.	Und	2	R$ 24,00	R$ 48,00	GM CHEVROLET
13	Chave magnética (contator/chave de partida), com bobina, contatos principais e auxiliares, tensão de comando conforme aplicação.	Und	1	R$ 225,00	R$ 225,00	GM CHEVROLET
14	Cilindro auxiliar de embreagem (atuador escravo), com corpo, êmbolo, copo de vedação, coifa e sangrador.	Und	1	R$ 255,00	R$ 255,00	GM CHEVROLET
15	Cilindro mestre de embreagem, com corpo, êmbolo, copos de vedação, reservatório ou conexão e purgador.	Und	1	R$ 349,00	R$ 349,00	GM CHEVROLET
16	Cilindro mestre de freio, com corpo, êmbolos, copos de vedação e conexões para tubulação hidráulica.	Und	1	R$ 582,00	R$ 582,00	GM CHEVROLET
17	Cilindro de roda traseira, com corpo, êmbolos, copos de vedação, coifas e sangrador.	Und	2	R$ 152,00	R$ 304,00	GM CHEVROLET
18	Coifa da junta homocinética lado câmbio, em borracha ou material termoplástico flexível, fornecida com graxa e abraçadeiras.	Und	1	R$ 19,00	R$ 19,00	GM CHEVROLET
19	Coifa da junta homocinética lado roda, em borracha ou material termoplástico flexível, fornecida com graxa e abraçadeiras.	Und	1	R$ 43,00	R$ 43,00	GM CHEVROLET
20	Cola para juntas, adesivo vedante resistente a óleo, combustível e temperatura, em embalagem lacrada, com prazo de validade mínimo de 12 meses na entrega.	Und	2	R$ 20,00	R$ 40,00	GM CHEVROLET
21	Cola silicone de alta temperatura, para vedação de juntas e superfícies, em embalagem lacrada de aproximadamente 85 g, com prazo de validade mínimo de 12 meses na entrega.	Und	2	R$ 46,40	R$ 92,80	GM CHEVROLET

22	Corpo de aceleração (borboleta), com atuador, sensor de posição e conector elétrico.	Und	1	R$ 583,75	R$ 583,75	GM CHEVROLET
23	Correia do alternador, em elastômero com cordonéis de reforço, perfil e comprimento conforme aplicação.	Und	1	R$ 168,77	R$ 168,77	GM CHEVROLET
24	Coxim dianteiro do motor, em borracha vulcanizada com suporte metálico, para sustentação e amortecimento do conjunto motor.	Und	1	R$ 209,75	R$ 209,75	GM CHEVROLET
25	Coxim traseiro do motor, em borracha vulcanizada com suporte metálico, para sustentação e amortecimento do conjunto motor.	Und	1	R$ 184,86	R$ 184,86	GM CHEVROLET
26	Cruzeta de transmissão (junta universal), em aço temperado, com roletes, retentores e travas.	Und	2	R$ 124,53	R$ 249,06	GM CHEVROLET
27	Disco de freio, em ferro fundido, ventilado ou sólido conforme aplicação, usinado e balanceado.	Und	2	R$ 173,39	R$ 346,78	GM CHEVROLET
28	Impulsor de partida (bendix), com pinhão, roda livre e estriado, para o motor de arranque.	Und	1	R$ 192,93	R$ 192,93	GM CHEVROLET
29	Kit de buchas do amortecedor dianteiro, contendo buchas, batentes e elementos de fixação.	Kit	1	R$ 65,53	R$ 65,53	GM CHEVROLET
30	Kit de farol auxiliar, contendo faróis, suportes, chicote e comando de acionamento.	Kit	1	R$ 272,17	R$ 272,17	GM CHEVROLET
31	Lâmpada automotiva tipo 1034 (dois polos), 12 V, para lanternas e luzes de freio.	Und	4	R$ 6,98	R$ 27,92	GM CHEVROLET
32	Lâmpada automotiva tipo 1141 (um polo), 12 V, para lanternas e iluminação auxiliar.	Und	4	R$ 4,98	R$ 19,92	GM CHEVROLET
33	Lâmpada automotiva tipo 67, 12 V, para iluminação de cortesia, painel e sinalização.	Und	4	R$ 11,64	R$ 46,56	GM CHEVROLET
34	Lâmpada de farol, 12 V, com filamentos para luz baixa e alta, base conforme aplicação.	Und	2	R$ 41,50	R$ 83,00	GM CHEVROLET
35	Lanterna traseira sem LED, com carcaça, lente e alojamentos para lâmpadas, com pontos de fixação conforme original.	Und	1	R$ 140,00	R$ 140,00	GM CHEVROLET
36	Lixa para ferro, em folha ou disco, com grão conforme especificação do setor requisitante.	Und	2	R$ 3,07	R$ 6,14	GM CHEVROLET
37	Mangote da turbina, em material resistente a temperatura e pressão, com abraçadeiras e conexões.	Und	1	R$ 97,45	R$ 97,45	GM CHEVROLET
38	Mola da pastilha de freio (mola de retorno/anti-ruído), em aço-mola com tratamento anticorrosivo.	Und	2	R$ 53,86	R$ 107,72	GM CHEVROLET
39	Moldura do farol auxiliar, em material polimérico, com pontos de fixação e acabamento conforme original.	Und	1	R$ 80,00	R$ 80,00	GM CHEVROLET
40	Jogo de palhetas do limpador de para-brisa, com estrutura metálica ou plástica e borracha de limpeza.	Jogo	2	R$ 97,27	R$ 194,54	GM CHEVROLET
41	Parafuso de roda, em aço temperado, com rosca e assento cônico conforme aplicação.	Und	5	R$ 37,34	R$ 186,70	GM CHEVROLET
42	Jogo de pastilhas de freio, com material de atrito isento de amianto e placa de suporte metálica.	Jogo	2	R$ 185,68	R$ 371,36	GM CHEVROLET
43	Pivô inferior da suspensão, com rótula esférica, coifa de proteção e graxa.	Und	2	R$ 186,56	R$ 373,12	GM CHEVROLET

44	Pivô superior da suspensão, com rótula esférica, coifa de proteção e graxa.	Und	2	R$ 179,01	R$ 358,02	GM CHEVROLET
45	Para-choque dianteiro, em material polimérico, com pontos de fixação e acabamento conforme original.	Und	1	R$ 500,00	R$ 500,00	GM CHEVROLET
46	Regulador eletrônico de voltagem, com contatos e conector elétrico, para o alternador.	Und	1	R$ 183,47	R$ 183,47	GM CHEVROLET
47	Relé auxiliar, 12 V, com contatos e terminais de conexão, para circuitos elétricos do veículo.	Und	1	R$ 39,19	R$ 39,19	GM CHEVROLET
48	Reparo da pinça de freio, contendo êmbolo, vedações, coifas e guias, conforme aplicação.	Kit	1	R$ 88,31	R$ 88,31	GM CHEVROLET
49	Retentor dianteiro, em elastômero resistente a óleo e temperatura, com mola de aperto.	Und	2	R$ 83,62	R$ 167,24	GM CHEVROLET
50	Retentor do pinhão do diferencial, em elastômero resistente a óleo e temperatura, com mola de aperto.	Und	1	R$ 130,01	R$ 130,01	GM CHEVROLET
51	Retentor da polia (dianteiro do virabrequim), em elastômero resistente a óleo e temperatura, com mola de aperto.	Und	1	R$ 106,00	R$ 106,00	GM CHEVROLET
52	Retentor traseiro do virabrequim, em elastômero resistente a óleo e temperatura, com mola de aperto.	Und	2	R$ 131,00	R$ 262,00	GM CHEVROLET
53	Retrovisor externo, com carcaça, espelho e mecanismo de regulagem, com pontos de fixação conforme original.	Und	1	R$ 252,00	R$ 252,00	GM CHEVROLET
54	Rolamento central do eixo cardã, com suporte de borracha e elemento de rolamento.	Und	1	R$ 231,00	R$ 231,00	GM CHEVROLET
55	Rolamento de roda dianteira, de esferas ou roletes, com vedação e graxa, compatível com sistema ABS quando aplicável.	Und	2	R$ 118,54	R$ 237,08	GM CHEVROLET
56	Jogo de sapatas de freio, com material de atrito isento de amianto, molas e elementos de fixação.	Jogo	1	R$ 218,33	R$ 218,33	GM CHEVROLET
57	Tambor de freio, em ferro fundido, usinado e balanceado.	Und	1	R$ 304,92	R$ 304,92	GM CHEVROLET
58	Tapete automotivo, em material resistente a abrasão e umidade, com recorte conforme aplicação.	Und	1	R$ 239,99	R$ 239,99	GM CHEVROLET
59	Tensor da correia, com polia, rolamento e suporte de regulagem.	Und	1	R$ 399,00	R$ 399,00	GM CHEVROLET
60	Terminal de direção curto, com rótula esférica, coifa de proteção e rosca de regulagem.	Und	2	R$ 141,53	R$ 283,06	GM CHEVROLET
61	Válvula do freio de mão (freio de estacionamento), com corpo, vedações e conexões.	Und	1	R$ 225,32	R$ 225,32	GM CHEVROLET
62	Veda escape, pasta ou massa de vedação resistente a altas temperaturas, em embalagem lacrada de aproximadamente 100 g, com prazo de validade mínimo de 12 meses na entrega.	Und	1	R$ 8,51	R$ 8,51	GM CHEVROLET
63	Válvula termostática, calibrada na temperatura de abertura conforme aplicação, com vedação.	Und	1	R$ 172,91	R$ 172,91	GM CHEVROLET
					R$ 15.581,19	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
5.1. O valor total da contratação é do **Lote 5: R$ 15.581,19 (quinze mil, quinhentos e oitenta e um reais e dezenove centavos).**
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices previstos em o ato oficial, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. São obrigações do Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) idas uteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) idas uteis.
8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 17 de dezembro de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. Multa: 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta dias;
2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
i. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3. Indenizações e multas.
12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município / FPM/ Recursos Próprios/ ICMS/ Impostos e Outros, celebrada junto ao Ministério das Cidades. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Altos, Estado do Piauí para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Coivaras/PI, 09 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE COIVARAS - PI
JOÃO DA CRUZ MOURÃO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ORIGINAL AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ nº 35.746.723/0001-19
IZAIRTON GOMES SOUSA, CPF [redacted]
Sócio Administrador
Contratada

Testemunhas:

01 - Nome:
CPF:

02 - Nome:
CPF: